

Novo ministro da Agricultura

António Barreto toma hoje posse

O actual ministro do Comércio e Turismo tomará posse às 19 horas, em Belém, do cargo de ministro da Agricultura e Pescas, acumulando assim, embora em situação transitória, aquelas duas partes.

Ontem, ainda eram apresentados como eventuais sucessores de Lopes Cardoso na parte da Agricultura, o actual ministro de Estado, Prof. Henrique de Barros e o eng. António Campos, deputado socialista à Assembleia da República.

O carácter de interinidade com que António Barreto irá ocupar a pasta da agricultura permitirá regressar a localização daquele ministério em termos de estrutura orgânica. Admite-se que possa vir a ser fundido um ministério único do Comércio e Agricultura.

António Barreto terá a colaboração no sector agrícola de cinco secretários de Estado, dois dos quais transitam do passado: são eles Carlos Filipe e Pedro Coelho.

Também Azevedo Gomes subsequente de Estado no ministério Cardoso subirá para secretário.

Os lugares deixados vagos pelos secretários de Estado da Reestruturação Agrária e Fomento Agrário serão ocupados pelos engenheiros Carlos Portas e António Campos, respectivamente. Entretanto, correm rumores

de outras alterações no Gabinete Soares que parecem, aliás, sem fundamento. Informadores junto dos ministros Sousa Gomes e Medina Carreira apressaram-se a desmentir que aqueles membros do Governo tivessem pedido a sua demissão.

Rumores do mesmo tipo dão como provável a substituição do actual ministro do Trabalho, Marcelo Curto pelo secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, Victor da Cunha Rego.

Observadores atentos não consideram provável qualquer outra alteração governamental antes das próximas eleições para as autarquias locais que se realizam em Dezembro.

LOPES CARDOSO RECEBIDO POR EANES

Lopes Cardoso é hoje recebido pelo Presidente da República, às 15h30. Entretanto, o ex-titular da pasta da Agricultura, que foi «leader» do grupo parlamentar P.S., durante os trabalhos da constituinte regressará, segundo ele, ao seu lugar na Assembleia da República «como deputado que respeitará até ao fim o mandato que recebeu dos seus eleitores». Recorde-se que Lopes Cardoso é deputado pelo círculo de Beja.

«Penso que o terreno em que eu devo prosseguir a batalha de

forma útil não é, neste momento, este ministério, mas a Assembleia da República» afirmou o ex-ministro da Agricultura a um número restrito e escolhido de jornalistas que ontem estiveram no seu gabinete, encontro para o qual o «Jornal Novo» não só não foi convidado, como lhe foi ocultado por membros do seu ex-gabinete o facto de estar ali a decorrer um simulacro de conferência de imprensa.

DECLARAÇÕES À TV

«Hoje, como no passado, estarei na Assembleia da República, na bancada do Partido Socialista, defendendo as grandes linhas de orientação do partido, tanto em matéria de agricultura como de outras matérias» afirmou, nomeadamente, o ministro demissionário Lopes Cardoso, que até ontem teve a seu cargo a pasta da Agricultura, ao ser entrevistado pela Rádio Televisão Portuguesa.

A propósito de uma moção por ele assinada mas que não chegou a ser discutida durante o congresso do PS, facto a que Lopes Cardoso faz menção na carta onde pede a sua demissão, o ex-ministro negou que as razões da sua demissão repousassem aí, mas sim por não ter sido discutido o problema da política secto-



rial, designadamente os problemas do sector agrícola, em relação ao qual, com alguns camaradas, teria apresentado essa moção.

M.A.R.N. E SINDICATOS TOMAM POSIÇÃO

Os sindicatos agrícolas da zona da Reforma Agrária tomarão uma posição colectiva logo que se conheçam as razões da demissão de Lopes Cardoso — disse um informador do sindicato de Portalegre.

Apesar de, particularmente, ter considerado «negativa» a demissão do ministro da Agricultura, o mesmo porta-voz afirmou que «os sindicatos do campo — Portalegre, Beja, Setúbal e Santarém — vão reunir depois de conhecidas as razões de Lopes Cardoso a fim de as analisarem e depois tomarem uma decisão colectiva».

Também, o Movimento Associativo dos Rendeiros do Norte (MARN) «lamenta imenso» a demissão do ministro da Agricultura e Pescas, Lopes Cardoso, considerando tal facto «uma perda muito grande».

«O MARN reúne extraordinariamente esta tarde para proceder à análise da situação».

Autarquias locais Processos de candidatura em fase de apreciação

Com o processo eleitoral para a eleição dos órgãos representativos das autarquias locais a decorrer, o Ministério da Administração Interna, através do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais (STAPE) chama a atenção para a fase de apreciação dos processos de candidatura pelos juizes dos tribunais de comarca e suprimentos de eventuais irregularidades.

Assim convem lembrar que, em anteriores eleições, a apresentação dos processos de candidatura foi feita perante os corregedores dos círculos judiciais, contrariamente ao que sucede no presente processo como ficou re-

ferido. Significa isto que a apreciação dos processos de candidatura é feita pelos juizes dos tribunais de comarca, o que envolverá naturalmente a possibilidade de diferentes interpretações em relação a alguns aspectos da lei.

Foi tendo consciência deste facto que o legislador previa hipóteses de pormenor que normalmente não são contempladas em diplomas legais.

Entretanto, os mandatários das listas, já notificados, vão procedendo ao suprimento das irregularidades contidas nos respectivos processos.

Governo Regional dos Açores contacta o poder central

Os secretários regionais para o Comércio e Indústria dos Açores e para a Economia e Finanças, respectivamente António Manuel Medeiros Ferreira e Raul Gomes dos Santos, do Governo Regional dos Açores regressaram àquela região autónoma, idos de Lisboa.

Na capital, o secretário regional das Finanças, após a apreciação dos serviços de contabilidade pública, entregou o orçamento geral da região e efectuou reuniões de trabalho com o secretário de Estado do Tesouro, do Orçamento e o governador do Banco de Portugal. Durante estes encontros foi proposta também, a criação duma direcção regional de Contabilidade Pública, para funcionar em paralelo com uma delegação do Tribunal de Contas.

Por sua vez, o secretário regional para o Comércio e Indústria conferenciou com a Junta Nacional das Frutas sobre a descentralização de competências, criação de postos de venda e construção de armazéns.

Na Junta Nacional de Produtos Pecuários, onde também teve sessões de trabalho, aquele membro do Governo Regional abordou questões acerca do apetrechamento de matadouros com rede de frio, além do problema da empresa Carnaço.

Recorde-se que, nas reuniões havidas na Direcção-Geral dos Portos, foi tratada a ampliação de instalações abastecedoras à navegação e criação de estações para gás e carburantes nas ilhas pequenas, enquanto na Secretaria de Estado da Energia e Minas, eram analisados problemas concernentes à Empresa Insular de Electricidade e ao projecto, já em curso, da geometria.

O representante do Governo Regional dos Açores estudou, ainda, diversos assuntos no Instituto dos Cereais, na Administração-Geral do Abastecimento de Alcool e na Secretaria de Estado da Indústria Pesada.

Em contrapartida, o dr. Mota Amaral, presidente do Governo Regional dos Açores, é aguardado em Lisboa na próxima terça-feira, para uma visita de trabalho que se prolongará até ao dia 13. No dia da chegada, o chefe do Governo dos Açores será recebido pelo Primeiro-Ministro e pelo Presidente da República, e ainda pelo ministro da Administração Interna. Nos dias seguintes, o dr. Mota Amaral avistar-se-á com outros membros do Governo, com eles discutindo assuntos que respeitam à vida política e económica do arquipélago dos Açores.

No âmbito do ensino, realizam-se no final do mês corrente, os exames «ad hoc» para admissão aos cursos ministrados na Universidade dos Açores.

Entretanto, o dr. José Guilherme de Campos Fernandes, chegou já ao arquipélago, para prestar serviço de docência e investigação naquela universidade no Centro de Estudos Açorianos.

Eanes e Soares felicitam Carter

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, fez transmitir o seguinte telegrama ao presidente eleito Jimmy Carter:

«Ao ter conhecimento da eleição de V. Ex.^a como presidente dos EUA dirijo-lhe as minhas mais vivas felicitações e auguro-lhe o maior sucesso no desempenho das suas altas funções. Ao mesmo tempo desejaria exprimir a minha convicção de que as excelentes relações entre os nossos dois países se manterão e reforçarão ainda mais no futuro. Aproveito a oportunidade para formular os melhores votos de prosperidade para o povo americano e para a felicidade pessoal de V. Ex.^a».

Por seu turno, o Primeiro-Ministro do Governo português enviou também a Carter um telegrama de felicitações do seguinte teor: «Apresento-lhe as minhas melhores e cordiais felicitações pela vitória obtida nas eleições que acabam de se realizar no seu país. Assim que tome posse do lugar de presidente dos Estados Unidos da América, tenho a certeza de que poderemos desenvolver relações de amizade entre os nossos povos e a cooperação entre os nossos dois países».

Manuel Alegre recebe lembrança de Argel

Mohamede Yala, chefe da delegação argelina ao Congresso do PS, entregou a Manuel Alegre uma lembrança do presidente Boumediene. A lembrança significa a amizade do Governo e povo argelino para com os combatentes anti-fascistas portugueses.

Trabalho Greve dos têxteis passou para duas horas



construção de uma imagem de grandeza, solidez e prestígio, real ou artificial».

Depois de sublinhar que a actuação do IPE será fundamentalmente a nível sectorial, completamente, quando possível, por uma actuação regional, Sousa Gomes concluiu: «Embora de carácter eventual, outras tarefas assumem neste momento carácter eventual, outras tarefas assumem neste momento carácter prioritário, tais como a formalização da transferência de participações, a reestruturação financeira e o apoio ao lançamento de novos projectos de investimento no âmbito das empresas supervisionadas pelo IPE.»

Respondendo ao discurso do ministro, o presidente do conselho de gerência do IPE usou da palavra, começando por afirmar a sua convicção de que do instituto poderá vir «importante contributo para a recuperação geral da actividade económica e para o funcionamento, eficazmente objectivado para os interesses da nação, do sector empresarial do Estado».

Acrescentando que o IPE constitui «um dos elementos significativos na senda do objectivo escolhido pela maioria do povo português, de forma explícita, formalizada a nível constitucional: a construção por via democrática de uma sociedade socialista no nosso país», o eng. Eduardo Gomes sublinhou os objectivos que considerou essenciais e fundamentais de viabilidade para o IPE.

Prosseguem, por todo o dia de hoje, conversações no Ministério do Trabalho, visando a reintegração dos dois dirigentes sindicais despedidos da empresa «Manuel Lopes Henriques e Filhos, Lda» na sequência da paralização progressiva ditada pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, que reivindica a assinatura de um contrato colectivo vertical e único para toda a classe.

A reunião iniciada às 10 horas da manhã reuniu de novo representantes do Ministério do Trabalho, do sindicato, do Secretariado da Intersindical e da Comissão de Trabalhadores da empresa autora dos despedimentos, enquanto se anuncia que a greve progressiva passou a respeitar duas horas de paralização diária, na sequência de decisão dos delegados sindicais, aprovada ontem à noite.

As duas horas de paralização (anteriormente era de uma) é extensiva apenas à chamada Cintura Industrial de Lisboa zona Moscavide/Vila Franca e visa, também, pressionar a reintegração dos trabalhadores despedidos pela têxtil «Manuel Lopes Henriques», actualmente em greve.

FARMACÉUTICOS CONTRA LEIS DO GOVERNO

Delegados sindicais e comissões de trabalhadores do Sindicato da Indústria e Comércio Farmacéutico reuniram ontem na sede do seu sindicato, para discutir e tomar posição pública

quanto às leis do trabalho que o governo pretende estabelecer.

O documento em causa, considerado na sua generalidade, pela referida assembleia, como «inconstitucional», porque «viola a opegnia da constituição, dado que o único órgão competente para legislar sobre tais matérias é a Assembleia da República; portanto alguns destes diplomas atentam contra as conquistas de interesses já alcançados pelos trabalhadores e consignados pela Constituição, e ainda porque não foi prevista a participação dos trabalhadores de tais documentos, o que a Constituição também consagra».

TLP: GREVE EM 15 DE NOVEMBRO?

Os TLP (Telefones de Lisboa e Porto) poderão iniciar a 15 de Novembro uma greve progressiva, com ocupação de instalações, a culminar numa paralização total, como forma de luta contra o decreto 784/75, que prevê a incorporação dos dinheiros das Caixas de Previdência na Caixa Nacional de Pensões. Sabe-se que diversas Caixas de Previdência têm manifestado a sua discordância relativamente ao decreto, que é apoiado pelo secretariado da Intersindical. No entanto, a ida para a greve, decidida ontem num plenário inter-empresas, realizado no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, poderá ter graves consequências num serviço de comunicações que, para já, deixa muito a desejar.

IPE

cionalmente definidos».

Sousa Gomes também apontou a necessidade de se organizar todo o sector público, para que ele esteja apto a corresponder àquilo que dele se espera no desempenho da sua missão de desenvolvimento do país, frisando ser nesta perspectiva que assume especial importância a entrada em funcionamento do Instituto das Participações do Estado.

O ministro definiu, em seguida, as funções atribuídas ao Instituto. Estas vão desde a orientação, coordenação e optimização das medidas produtivas até às que dizem respeito directamente à gestão e supervisão de empresas dos mais variados sectores em cujo capital o Estado participa, juntamente com outras entidades, nomeadamente privadas, accentuando que está reservado ao IPE «um papel importante entre o sector público e o sector privado».

De acordo com o ministro do Plano, um dos polos imediatos de actuação do Instituto «será o lançamento, devidamente articulado com as entidades de tutela, de operadores sectoriais, designadamente, e entre outros, para o sector de metalomecânica, e da transformação de produtos agro-pecuários».

«Cumpre realçar — afirmou — que a lógica destes operadores sectoriais não é a de um tradicional «holding» financeiro, objectivado para a minimização do risco através da diversificação sectorial e para a conquista de facilidades de financiamento e de gestão económico através da